



Prefeitura Municipal de Biquinhas

Rua Goiás, 986 – Biquinhas - CEP 35621-000 - Fone 37-3546-1153
Estado de Minas Gerais -



Exm^a Sra. Dra. Juíza de Direito da Única Vara da Comarca de Morada Nova de Minas, MG.

0010133-69.2013

F. COMARCA MORADA N. MINAS 02274-2

O **MUNICÍPIO DE BIQUINHAS**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.296.640/0001-56, com sede em sua prefeitura municipal situada na Rua Goiás, n.º 986, centro, em Biquinhas, MG, CEP 35.621-000, devidamente representado por seu **prefeito municipal, Carlos Alberto Rodrigues Pereira**, filho de Geraldo Rodrigues Pereira e Maria Luíza Pereira Bueno, inscrito no CPF sob o n.º 537.663.186-91, portador da C.I. M-3.909.027, expedida pela SSP/MG, que pode ser encontrado na sede da Prefeitura Municipal no endereço indicado acima, através do advogado infra-assinado, *inscrito na OAB/MG sob o n.º 39.916, conforme procuração que segue anexa (doc. 1)*, respeitosamente vem à presença de V. Exa. com fundamento no Art. 23, I da CRFB/1988, Art. 5º da Lei 7.347/1985, disposições da Lei n.º 8.429/1992, Art. 12, inciso II do CPC e demais normas pertinentes à matéria, propor **AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, C/C PEDIDO DE RESSARCIMENTO AOS COFRES DO MUNICÍPIO**, em face de **CLEITON ALEXANDRE DA SILVA**, que é brasileiro, filho de Vicente José da Silva e de Lucia Verônica da Silva, portador da carteira de identidade n.º MG-10.574.520, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 049.953.996-66, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, n.º 343, Centro, em Biquinhas, MG, CEP 35.621-000, pelos seguintes motivos de fato e de direito.

I – DOS FATOS

CAO

Dr. 1



Prefeitura Municipal de Biquinhas

Rua Goiás, 986 – Biquinhas - CEP 35621-000 - Fone 37-3546-1153
Estado de Minas Gerais -



No dia 07 de abril deste ano de 2013 foi realizada eleição suplementar no Município de Biquinhas, uma vez que foi impugnada a candidatura do candidato Arisleu Ferreira Pires que concorreu no pleito de outubro de 2012, tendo aquela impugnação sido julgada procedente, o que determinou a realização de novo pleito eleitoral.

Em consequência disto Cleiton Alexandre da Silva, sendo vereador e presidente da Câmara Municipal de Biquinhas, assumiu provisoriamente o cargo de prefeito municipal de Biquinhas no dia 01 de janeiro de 2013 permanecendo no cargo até no dia 19 de abril de 2013, quando tomou posse o atual prefeito que sagrou-se vencedor na eleição suplementar.

Além de ser presidente da Câmara Municipal e exercer provisoriamente o cargo de prefeito municipal de Biquinhas, Cleiton Alexandre foi também candidato a prefeito na eleição suplementar, saindo derrotado.

No exercício do mandato provisório de prefeito Cleiton Alexandre da Silva cometeu alguns despautérios que provocaram sérios danos ao Município, sendo que um deles é o agora relatado.

De acordo com a Nota de Empenho nº 01811, cuja cópia se encontra anexa a esta, no dia 19 de abril de 2013, último dia de seu mandato como prefeito, Cleiton Alexandre da Silva, através do cheque nº 851.745, sacado na conta corrente nº 6.558-7 do FPM, na agência do Banco do Brasil S/A, de Abaeté (cópia anexa), efetuou um pagamento à firma RESTAURANTE E LANCHONETE VOVÓ CICI LTDA – MG, com sede na Rua Minas Gerais nº 329, em Biquinhas, MG, na importância de R\$2.603,50 (dois mil, seiscentos e três reais e cinquenta centavos), pagamento este referente ao fornecimento de marmitex, refrigerantes, e água mineral para policiais militares em patrulhamento durante a eleição suplementar no município”, conforme literalmente consta naquela Nota de Empenho.

Examinando a Nota Fiscal nº 000.000.013, datada de 17 de abril de 2013, que alicerçou aquela Nota de Empenho, constatamos que o referido pagamento era referente ao “fornecimento” de 212 (duzentos e doze) marmitex, 28 (vinte e oito) litros de refrigerantes de 2 litros cada, 27 (vinte e sete) litros de refrigerantes de 1 litro cada, 8 (oito) refrigerantes de 290 ml cada, 11 (onze) refrigerantes de 600 ml cada, 6 (seis) sucos Mais+lata e 66 (sessenta e seis) água mineral de 1 litro cada.

2



Prefeitura Municipal de Biquinhas

Rua Goiás, 986 – Biquinhas - CEP 35621-000 - Fone 37-3546-1153
Estado de Minas Gerais -



Considerando um verdadeiro exagero a quantidade de marmitex, refrigerantes e água mineral “fornecida” aos policiais militares durante a eleição suplementar, enviamos à ilustre 1ª Ten. PM Marianna A. Alves Costa, digna comandante da 141ª Cia da Polícia Militar, que tem jurisdição sobre o Município de Biquinhas e comandou todo o trabalho policial militar durante a eleição suplementar, o Ofício nº 74/2013, cuja cópia se encontra anexa a esta, consultando sobre o número de policiais militares que trabalharam no Município de Biquinhas, durante a eleição suplementar realizada no dia 07 de abril de 2013 e no dia 05 do mesmo mês, quando Cleiton Alexandre realizou um comício.

Com o **Ofício nº 43/2013**, que também se encontra anexo a esta, aquela Tenente PM nos informou que nos **dias 05, 06 e 07** durante os eventos pré-eleitorais, o período de votação e as comemorações posteriores, o número de policiais foi distribuído da seguinte forma:

Dia 04 de abril – **03 policiais** de reforço vindos de outras cidades, **que jantaram em Biquinhas**;

Dia 06 de abril – **07 policiais** de reforço vindos de outras cidades **que jantaram em Biquinhas**.

Dia 08 de abril – **08 policiais** de reforço vindos de outras cidades **que almoçaram na cidade Biquinhas** e **17 policiais** de reforço vindos de outras cidades **que jantaram na cidade de Biquinhas**.

De acordo com a informação da Comandante da 141ª Companhia de Polícia Militar, **durante o período que antecedeu a realização da eleição suplementar e até as comemorações posteriores**, foram servidos aos policiais militares, almoço e janta, **somente 35** (trinta e cinco) refeições, **o que está muito abaixo dos 212** (duzentos e doze) marmitex pagos por Cleiton Alexandre com dinheiro do Município de Biquinhas.

Também a quantidade de **28 litros de refrigerantes de 2 litros cada, 27 litros de refrigerantes de 1 litro cada, 8 refrigerantes de 290 ml cada, 11 refrigerantes de 600 ml cada, 6 sucos Mais+lata e 66 água mineral de 1 litro cada, o que totaliza 159 litros e 420 ml de líquidos**, está totalmente desproporcional ao número de policiais militares, porque dividindo 159 litros pelo número de 35 policiais, cada um deles teria tomado mais de quatro litros e meio cada um deles.



Prefeitura Municipal de Biquinhas

Rua Goiás, 986 – Biquinhas - CEP 35621-000 - Fone 37-3546-1153
Estado de Minas Gerais -



O que chamou mais a atenção é o fato de que a proprietária do Restaurante e Lanchonete Vovó Cici Ltda., Sra. Ildaci Mendes Ferreira, é sogra de Cleiton Alexandre da Silva, uma vez que é mãe da atual companheira deste.

Destaca-se também o fato de que quem efetuou o saque do referido cheque na agência bancária foi a Sra. Luciana Mendes Ferreira, companheira de Cleiton Alexandre, com quem tem uma filha, conforme mostra claramente a cópia do cheque que se encontra anexa a esta, fornecida pela agência do Banco do Brasil S/A, em Abaeté.

Examinando a documentação que alicerça a referida Nota de Empenho encontramos ainda outras irregularidades, senão vejamos:

a- A cotação de preço dos referidos marmitex, refrigerantes, sucos e água foi feita no dia 01 de abril de 2013 através do Pedido nº 000308/2013, cuja cópia se encontra anexa a esta, já prevendo o consumo de 212 marmitex mais aquela quantidade de refrigerantes, sucos e água.

b- A ordem de serviço/compra dos 212 marmitex e mais quantidade de refrigerantes, sucos e água foi expedida no dia 01 de abril de 2013, através da Ordem de Serviço/Compra nº 000972/2013.

Segundo a cotação de preço nº 00308/2013 e a ordem de serviço/compra nº 000872/2013, cujas cópias encontram-se anexas a esta, foram expedidas no dia 01 de abril de 2013, ainda sem saber qual a quantidade de policiais militares que compareceriam nos trabalhos referentes ao pleito eleitoral de 07 de abril de 2013.

c- A ordem de fornecimento nº 000001/2013 (cópia anexa) foi expedida no dia 17 de abril de 2013, ou seja autorizou-se o fornecimento dos 212 marmitex e bebidas 10 (dez) dias após os policiais militares terem tomados as refeições e bebidas.

d- A conformidade Liquidação nº 000001/2013 também foi liquidada no dia 17 de abril de 2013, ou seja, 10 dias após os policiais militares terem tomado as refeições e bebidas e quando já se sabia que a quantidade de refeições servidas foram somente 35 (trinta e cinco) conforme o demonstrado acima, fundamentado na informação prestada pela 1ª Ten. PM Comandante da 141ª Cia de Polícia Militar.

II – DO DIREITO

 4



Prefeitura Municipal de Biquinhas

Rua Goiás, 986 – Biquinhas - CEP 35621-000 - Fone 37-3546-1153
Estado de Minas Gerais -



Inegavelmente houve dolo e má fé por parte de Cleiton Alexandre da Silva com o objetivo único de causar prejuízo ao Município, usando indevidamente e ilegalmente verba pública no estabelecimento comercial de sua sogra, o que o leva à categoria de enriquecimento ilícito.

Desse inusitado ato de Cleiton Alexandre da Silva se extrai clara e inequivocamente que houve desvio do dinheiro público.

A Constituição Federal de 1988 consagrou princípios visando à proteção do patrimônio público, como o da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Estabeleceu ainda, a C.R, em seu art. 37 e § 4.º, que:

"Art. 37 - A Administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

A regulamentação do parágrafo 4º, do art. 37 da CF, deu-se pela Lei 8.429/92, denominada Lei de Improbidade Administrativa, que faz referência expressa à legitimidade do Município, in verbis:

"Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar."

O prefeito é um agente público qualificado, que investido em um cargo por eleição tem responsabilidade pessoal na esfera civil, penal e administrativa pelos atos que pratica no desempenho de sua função, portanto a atividade do gestor municipal cinge-se no âmbito da lei e subordina-se a seu controle.

A violação de um princípio administrativo conduz a um grave atentado a administração pública, tornando-a vulnerável, pois o bem comum que é o seu objetivo não será alcançado devido a condutas de agentes públicos que buscam benefício próprio em detrimento do social, característica esta incompatível com a qualificação de gestor público que deve priorizar valores como licitude, honestidade, imparcialidade e lealdade.



Prefeitura Municipal de Biquinhas

Rua Goiás, 986 – Biquinhas - CEP 35621-000 - Fone 37-3546-1153
Estado de Minas Gerais -



Esse ato administrativo praticado pelo Sr. Cleiton Alexandre da Silva afronta o disposto no art. 9º, inciso XII da Lei 8.429/92, uma vez que o mesmo usou renda do Município em benefício próprio, com superfaturamento de despesa realizada no restaurante de sua sogra sob alegação de que era para atendimento à Polícia Militar de Minas Gerais.

O ato administrativo do Sr. Cleiton Alexandre da Silva afrontou também o disposto no art. 10 e seu inciso XI e art. 11 caput da Lei 8.429/92 e, especialmente o disposto no art. 37 e seu § 4º da C.R., dando azo à reprimenda prevista no art. 12 incisos I, II e III da mesma lei 8.429/92.

Lei nº 8.429/92, em seu art. 11 que:

"Art. 11 - Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições e notadamente:

III- DOS PEDIDOS.

Ante o supra exposto, respeitosamente requer a vossa excelência:

a)- Notificação do Requerido para se manifestar em 15 dias, nos termos do art. 17, § 7º da Lei nº 8.429/1992, em cumprimento ao Devido Processo Legal, Contraditório e Ampla Defesa nos termos do art. 5º, incisos LIV e LV, da CRFB/1988, cristalizado com o art. 37, parágrafo 4º da CRFB/1988;

b) Que recebida a petição inicial, seja determinado a citação do réu para apresentar contestação, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia, autorizando ao ilustre Sr. Oficial de Justiça praticar seus atos sob a tutela do § 2º do Art. 172 do CPC;

c) A intimação do ilustre representante do Ministério Público;

d) Seja julgada procedente a ação, para condenar o Réu pela prática de improbidade administrativa, aplicando-lhes as respectivas sanções nos termos do artigo 12 da Lei 8.429/~~1992~~/1992.

e) Seja o Réu condenado a ressarcir aos cofres do Município o prejuízo pelo mesmo causado e seja condenado nos ônus de sucumbência;



Prefeitura Municipal de Biquinhas

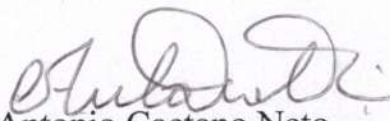
Rua Goiás, 986 – Biquinhas - CEP 35621-000 - Fone 37-3546-1153
Estado de Minas Gerais -



f) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos, dentre elas depoimento pessoal do réu, oitiva de testemunhas e juntada de novos documentos;

Dá-se à presente o valor de R\$2.603,50 (dois mil, seiscentos e três reais e cinquenta centavos, para efeitos legais.

Termos em que,
Pede deferimento.
Biquinhas, 22 de agosto de 2013.


Antonio Caetano Neto
OAB 39.916